

# Do Agravo em Recurso Extraordinário e/ou Recurso Especial

Osmar Velloso Tognolo\*

Inegável que a Constituição Federal de 1988 facilitou, e até mesmo estimulou, o acesso ao Judiciário. Conquanto elogiável, a decisão do Legislador Constituinte teve como consequência negativa o natural e assustador crescimento do número de processos em todas as instâncias e tribunais.

É que a legislação processual, infra-constitucional, ainda não se adaptou totalmente a essa nova realidade, em que pesem os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, presidida pelo eminente Ministro *Sálvio de Figueiredo Teixeira*, do Superior Tribunal de Justiça.

Talvez uma das questões processuais que esteja a merecer reforma seja a que se refere à formação do instrumento de agravo contra decisão obstativa de seguimento ao recurso extraordinário ou recurso especial.

O vigente Código de Processo Civil, adaptado à Constituição Federal de 1988, prevê, em seu art. 541, a interposição de recursos extraordinário e especial, nos casos previstos na Carta Federal ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça, respectivamente. Ambos são interpostos em petições distintas, perante o presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido a quem compete admitir ou não os recursos, em decisão fundamentada, após, obviamente, ser

ouvida a parte recorrida (arts. 541 e 542, § 1º, CPC).

Seguindo a sistemática adotada pelo Código (art. 543 e § 1º), admitidos ambos os recursos, os autos serão remetidos primeiramente ao Superior Tribunal de Justiça e, após julgado o especial, ao Supremo Tribunal Federal para exame do apelo extraordinário, se este não restar prejudicado pela decisão do STJ.

Por outro lado, inadmitido, na origem, o recurso extraordinário e/ou especial, dessa decisão caberá *agravo de instrumento*, no prazo de dez dias, para o Supremo Tribunal Federal e/ou Superior Tribunal de Justiça. Nos termos do § 1º do art. 544, CPC, o recurso deverá ser instruído com as peças apresentadas pelas partes, algumas delas obrigatórias, sob pena de não-conhecimento. Inevitável, portanto, a formação de um ou dois *novos* processos.

Instruído o agravo e remetidos os autos ao Tribunal *ad quem*, o relator proferirá sua decisão, podendo (I) dar-lhe provimento e determinar a subida do recurso obstando; ou ainda, consoante faculta o art. 544, §§ 3º e 4º, do CPC, (II) conhecer do agravo, dar-lhe provimento e determinar sua conversão em recurso especial ou extraordinário, conforme o caso, para melhor exame da matéria; e, (III) provê-lo para, conseqüentemente, dar provimento ao próprio recurso especial ou

\* Advogado.

extraordinário, se o acórdão recorrido estiver em confronto com Súmula ou Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

Não obstante essas inovações introduzidas na Legislação Processual pelas Leis 9.756/98 e 8.950/94, que, obviamente, contribuíram para a celeridade da prestação jurisdicional, entendemos ser desnecessária a formação do instrumento de agravo contra decisão denegatória de seguimento a recurso extraordinário e/ou recurso especial, como atualmente prevê o CPC, com a formação de um ou mais processos à parte, com suas centenas ou mesmo milhares de cópias reprográficas. Essa situação contribui decisivamente para o esgotamento do espaço físico dos Tribunais e não presta homenagem ao princípio da economia processual pois, nos dizeres de Rui Portanova, “*o processo procura obter o maior resultado com o mínimo de esforço*”<sup>1</sup>.

Ademais, a formação do instrumento de agravo demanda novos registros, classificação e autuação dos *novos processos* no tribunal *a quo*, com os quais são desperdiçadas mão-de-obra e preciosas horas que, certamente, atrasam a tramitação das ações e vão no sentido oposto das alterações introduzidas no CPC, já que o princípio da economia processual deve ser visto e analisado a partir de quatro vertentes: economia de custos; economia de tempo; economia de atos; e eficiência da administração judiciária.<sup>2</sup>

Se, com as alterações introduzidas no Código de Processo Civil pelas Leis 8.950/94 e 9.756/98, pode o relator do agravo no Tribunal *ad quem* dele conhecer para dar

provimento ao próprio recurso especial ou extraordinário, ou convertê-lo em recurso especial ou extraordinário, se ele contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito – o que leva, na maioria das vezes, à extração de cópia integral do processo –, resta evidente que melhor seria a subida do agravo acompanhado dos próprios autos principais e não de suas cópias, tornando absolutamente desnecessária a formação do instrumento de agravo. Vale acrescentar que, enquanto não julgado o agravo, no STJ e/ou STF, os autos principais, pela atual sistemática, permanecem no Tribunal *a quo*, e estes, sem espaço físico, acabam devolvendo os processos à primeira instância, enquanto aguardam o julgamento do recurso de agravo, como acontece no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Ao nosso ver, pois, e em respeito aos princípios da economia processual e da celeridade dos atos judiciais, mais conveniente seria o processamento do agravo contra a decisão impeditiva de seguimento aos recursos extraordinário e/ou especial nos próprios autos do processo principal, eliminando-se, desse modo, o desnecessário e dispendioso traslado de peças, bem como acúmulo de processos nos tribunais.

Vale destacar que, nos moldes atuais, com a formação de até dois instrumentos de agravo (um em recurso especial, outro em extraordinário), o agravo ao Supremo fica sobrestado e apensado aos autos principais no tribunal *a quo* até o trânsito em julgado da decisão do STJ no agravo no especial, ou no próprio recurso especial, sendo que em algumas oportunidades o agravo em recurso extraordinário, ou até mesmo o apelo extre-

mo, acaba por se tornar desnecessário em face da prejudicialidade da decisão do Superior Tribunal de Justiça. Em outras palavras, as centenas e milhares de cópias terão sido feitas sem qualquer necessidade, somente colaborando para a devastação florestal e o emperramento da máquina judiciária.

Em síntese, entendemos que o recurso de *agravo* de que trata o art. 544, do Código de Processo Civil, não precisa ser de *instrumento*, podendo ser interposto nos próprios autos da ação principal na qual foram obs-

tados os recursos especial e extraordinário, fazendo-se as devidas anotações na capa dos autos. Com esse procedimento, que para ser adotado deverá merecer a enriquecedora disciplina e sistematização pela Comissão de Reforma do Código de Processo Civil, restaria valorizado o princípio da economia processual, além de garantida maior agilidade na tramitação dos feitos. Isso, sem dúvida, contribuiria para a celeridade da prestação jurisdicional, objetivo de todos quantos militam na área do Direito.

---

Notas:

<sup>1</sup> in *Princípios do Processo Civil*, 4ª ed., Ed. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 2001, p. 24

<sup>2</sup> *Op. cit.*, p. 25